

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020

(Do Sr. MARCELO CALERO)

Requer informações ao Ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, sobre a campanha publicitária “O Brasil não pode parar”.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, sobre a campanha publicitária “O Brasil não pode parar”, nos seguintes termos:

1. Qual o objetivo específico da campanha publicitária “O Brasil não pode parar”, divulgada em 25 de março de 2020 nas redes sociais do Governo Federal (Instagram e Facebook), e posteriormente retirada por decisão judicial? Qual o valor do custo da campanha? Solicita-se o envio das despesas discriminadas.
2. O Governo Federal aconselha os entes subnacionais a suspender imediatamente as restrições de convívio social? Caso positivo, por meio de qual instrumento oficial?
3. No caso de suspensão do convívio social, há previsão de diálogo federativo para a construção de uma estratégia para concretizar tal medida?
4. O Governo Federal julga que as medidas adotadas em mais de 150 países, seguindo a orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS), estão incorretas?
5. Quais as evidências científicas foram consideradas para motivar a mudança repentina no posicionamento do Governo Federal quanto às medidas de isolamento social?

6. Caso o Governo Federal suspenda a contenção social, o que poderá levar ao colapso do Sistema Único de Saúde (SUS), o Governo Federal assumirá todas as responsabilidades da Atenção Básica, Média e Alta complexidades, incluindo todos os atendimentos?

JUSTIFICAÇÃO

Como é sabido, os municípios brasileiros estão adotando medidas de restrição social para combate da pandemia do novo Coronavírus, baseadas em orientações do ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Todavia, no dia 24 de março, o presidente da República, Jair Bolsonaro, realizou pronunciamento em rede nacional, reiterado posteriormente em outras declarações públicas, criticando com veemência a atuação de governadores e prefeitos no enfrentamento da pandemia.

Na sequência, o ministério da Saúde começou a afirmar que a quarentena foi “precipitada e feita de forma desorganizada”. Por fim, no dia 25 de março de 2020 o Governo Federal iniciou, em suas redes sociais - Instagram e Facebook – a campanha “O Brasil Não Pode Parar”.

Diversamente da posição que vem sendo difundida pelo Ministério da Saúde, pela OMS e pelos demais países que enfrentam a pandemia da Covid-19, a campanha, objeto de diversas demandas judiciais pelo país, pregava o retorno das pessoas ao trabalho e a reabertura das escolas, devendo manter o isolamento apenas as pessoas que fazem parte do chamado grupo de risco.



Constava do texto que acompanhava o slogan da campanha já retirada do ar por determinação judicial:

No mundo todo, são raros os casos de vítimas fatais do [#coronavírus](#) entre jovens e adultos. A quase-totalidade dos óbitos se deu com idosos. Portanto, é preciso proteger estas pessoas e todos os integrantes dos grupos de risco, com todo cuidado, carinho e respeito.

Para estes, o isolamento. Para todos os demais, distanciamento, atenção redobrada e muita responsabilidade. Vamos, com cuidado e consciência, voltar à normalidade. BR #OBrasilNãoPodeParar

A referida propaganda defendia a interrupção do isolamento da população em geral, adotando-se o chamado isolamento vertical sem, contudo, apresentar qualquer fundamento técnico para a mudança de recomendação que vinha sendo feita desde o início da pandemia. A recomendação sempre foi para que as pessoas evitassem sair de casa, a fim de que a pandemia não atingisse um grande número de infectados em pouco tempo, o que poderia gerar um colapso do sistema de saúde, nas palavras do próprio ministro da Saúde,

Henrique Mandetta¹. Todo o tempo se defendeu a importância do **achatamento da curva epidêmica**.

Diante de tais considerações, questionam-se quais as evidências científicas que foram consideradas para fundamentar a mudança de posicionamento do Governo Federal. Vale frisar que o prefeito de Milão, Giuseppe Sala, reconheceu que errou ao apoiar a campanha “Milão não para”, que estimulou os moradores da cidade a continuar as atividades econômicas e sociais, mesmo com a pandemia do coronavírus (CORREIO BRAZILIENSE, 26/03/2020)². Somente a título de exemplo, no início da campanha a Lombardia tinha 258 pessoas infectadas pelo vírus, e o país inteiro possuía 12 mortes. Hoje, Milão é a província italiana mais atingida, registrando 32.346 casos de pessoas contaminadas e 4.474 óbitos, conforme boletim divulgado pela Defesa Civil (MINISTERO DELLA SALUTE, 27/03/2020)³.

Ao fim e ao cabo, indaga-se, caso o Governo Federal suspenda a contenção social, que poderá ocasionar em um colapso do Sistema Único de Saúde (SUS), este assumirá todas as responsabilidades da Atenção Básica, Média e Alta complexidades, incluindo todos os atendimentos? (FNP, 27/03/2020)⁴

Diante do exposto, requerem-se as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado **MARCELO CALERO**

¹ <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,em-abril-o-sistema-de-saude-entrara-em-colapso-diz-mandetta,70003241718>. Acesso em 27/03/2020

² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/03/26/interna_mundo,840540/erramos-um-mes-apos-campanha-para-nao-parar-milao-tem-4-4-mil-mort.shtml

³ <http://www.salute.gov.it/portale/nuovocoronavirus/dettaglioContenutiNuovoCoronavirus.jsp?lingua=italiano&id=5351&area=nuovoCoronavirus&menu=vuoto>

⁴ <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/03/27/coronavirus-frente-nacional-de-prefeitos-diz-que-fim-da-contencao-social-pode-levar-a-colapso-do-sus.ghtml>
<https://multimedia.fnp.org.br/biblioteca/documentos/item/787-oficio-da-fnp-sobre-coronavirus-para-presidente-bolsonaro>